



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016

APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL, REUNIDA EM SESSÃO ORDINÁRIA,
NO DIA 31 DE MARÇO DE 2017

RELATÓRIO

DE

ATIVIDADES E CONTAS

2016



TODOS UNIDOS PODEMOS FAZER MAIS CBEI!!

**CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL
VILA FRANCA DE XIRA**

O CBEI

O Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira, abreviado por



CBEI, é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, dirigindo a sua atividade para as crianças, jovens, famílias e comunidade em geral.

Sediado no Concelho e cidade de Vila Franca de Xira, remonta a 1943 a fundação deste centro, pela mão do Padre Vasco Moniz com a, então, designação de CASI. Em 1974 passa a designar-se CBEI e reorienta a sua ação social para a 1ª infância da comunidade, em especial, da

freguesia de Vila Franca de Xira.

Atualmente o CBEI dá respostas no apoio às crianças e aos jovens, até aos 15 anos, proporcionando o seu desenvolvimento enquanto seres humanos. O CBEI desenvolve, diariamente, com a maior responsabilidade, dedicação a sua missão e para tal desenvolve as seguintes Atividades:

EDUCAÇÃO, ESCOLA DE NATAÇÃO, ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA, ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES, CANTINA SOCIAL, REFEIÇÕES MUNICIPAIS, APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES e FEAC.

A ação do CBEI tem-se pautado pela definição de objetivos claros em torno da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, procurando dar resposta às necessidades reais das pessoas que a procuram. Os seus principais Objetivos são:

- Promover ações que visam o integral desenvolvimento da comunidade que a acolhe, com especial atenção na inclusão dos mais desfavorecidos;

- Participar na resolução das questões sociais e educativas, da comunidade de Vila Franca de Xira, especialmente das crianças e dos jovens tendo aberto o seu leque de apoio até à 3ª idade de acordo com os novos estatutos;
- Participar em programas de apoio às famílias de menores recursos, quer através da cantina social quer através do programa de distribuição de alimentos ou de outras ações de natureza sociocultural;
- Estabelecer parcerias com os demais organismos públicos ou privados, que conduzam à resolução de problemas que se encontrem no âmbito dos fins prosseguidos pelo CBEI;

O CBEI tem procurado alcançar os seus objetivos com base num conjunto dos Valores e Princípios que diariamente estão presentes na sua atividade.

Foi com base nos valores da igualdade de oportunidades, da defesa, coesão social, do ambiente, dos princípios do humanismo e solidariedade e do desenvolvimento sustentável que é construída a sua Missão.

ÍNDICE

O CBEI	1
ÍNDICE	1
Órgão de Administração.....	3
Órgão de Fiscalização.....	3
Mesa da Assembleia Geral.....	3
Coordenação Pedagógica.....	3
NOTA DO PRESIDENTE	4
O CBEI	8
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	8
Educação.....	8
Escola de natação – Os golfinhos.....	8
AAAF's - Atividades de Animação e Apoio à Família.....	8
AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular.....	8
Protocolo Municipal Serviço de Refeições Escolares.....	8
Protocolo de Apoio aos Refetórios Escolares do Município.....	8
Protocolo da Cantina Social.....	8
O CBEI EM NÚMEROS redondos.....	9
O CBEI EM GRÁFICOS.....	10
RELATÓRIOS SECTORIAIS	11
EDUCAÇÃO	11
Introdução.....	11
Atividades de Creche.....	11
Valência de Pré-Escolar.....	12
Atividades de ATL – 1º, 2º e 3º Ciclos.....	14
Resumo das Valências.....	17
ESCOLA DE NATAÇÃO – Os Golfinhos	17
Atividades.....	17
RESPOSTA SOCIAL À COMUNIDADE	19
AAF's – Atividades de Animação e Apoio à Família.....	21
Atividades.....	21
AEC's – Atividades Extra Curriculares.....	21
Atividades.....	21

Outras Iniciativas e respostas comunitárias	22
ÁREAS FUNCIONAIS DO CBEI.....	25
Planeamento e Controlo Administrativo	25
Serviços Administrativo e Utentes.....	25
Formação Profissional	25
Comunicação e Imagem	26
Dinamização de conteúdos na net.....	26
Contatos com a Comunicação Social.....	26
Informática e Telecomunicações.....	26
Manutenção e Segurança	27
Participação na Rede Social.....	28
Outras Parcerias.....	29
ACORDOS DE COOPERAÇÃO	30
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IEFP.....	30
Instituto da Segurança Social, IP (ISS)	30
Ensino	30
Cantina Social.....	30
Câmara Municipal de Vila F. de Xira	31
PAMA - Programa de Apoio ao Movimento Associativo.....	31
Protocolo de Municipal de serviço de Refeições	31
Protocolo de Municipal de serviço de Refeitórios.....	31
AAF's – Atividades de Animação e Apoio à Família	31
AEC's – Atividades de Animação Curricular.....	31
ME – Mercado Medieval.....	32
ANÁLISE E AVALIAÇÃO FINAL DAS ACTIVIDADES NAS VÁRIAS	
RESPOSTAS SOCIAIS E FUNCIONAIS.....	33
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	34
REFERÊNCIAS FINAIS.....	37
ANEXO AO BALANÇO EXERCÍCIO 2016.....	39
RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO.....	40

ÓRGÃOS SOCIAIS e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Órgão de Administração

Efetivos

Presidente – Gil Afonso de Gouveia Teixeira

Vice-Presidente – Clara Sofia Vitória Vital

Tesoureiro – Helena Isabel Canha Saraiva Gonçalves

Secretário – Luís Possidónio Santos Pedro

Vogal – Bruno Emanuel Berenguer Matias

Suplentes

Tiago Filipe Caniço de Oliveira Miranda

Maria Assunção da Silva Rodrigues Ferreira Lopes

Órgão de Fiscalização

Efetivos

Presidente – Célia Maria Rebelo Piedade Barros

Vogal – Isabel Maria Mocho Costa Lopes

Vogal – Ana Isabel de Gouveia Teixeira

Suplente

Patrícia Alexandra Moreira Lourenço

Mesa da Assembleia Geral

Efetivos

Presidente – Joaquim Manuel A. da Silva Queiroz

1º Secretário – Sónia de Jesus Frita de Oliveira

2º Secretário – Ana Isabel Pereira Rodrigues

Suplente

Cláudia Raquel da Cruz Bento

Coordenação Pedagógica

Dr.ª Maria do Carmo Madeira Avelino

NOTA DO PRESIDENTE

Enquanto presidente do Órgão de Administração cabe-me escrever algumas palavras sobre as actividades desenvolvidas e sobre o resultado contabilístico da nossa instituição relativamente ao exercício de 2016.

O CBEI é uma IPSS's devidamente enquadrada e com um papel relevante na economia social local e nacional por ser uma verdadeira PME

(pequena e média empresa) pelo número de postos de trabalho gerados directa e indirectamente bem como pelos valores financeiros geridos. O CBEI é uma Instituição sem fins lucrativos ao serviço da comunidade e com menos apoios do estado a cada dia. O estado tem procurado desonerar-se das suas responsabilidades políticas, sociais e financeiras que assumiu ao delegar nestas instituições o seu papel nos idos anos do pós 25 de Abril.

As IPSS,s são um motor com uma grande e crescente relevância na economia do país, desempenhando um papel essencial como criadores de emprego, no reforço da coesão social, da economia local e regional, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e os valores democráticos que põem as pessoas em primeiro lugar a exemplo de outros países europeus. As IPSS são constituídas por pessoas que possuem a capacidade para conhecer as necessidades da comunidade onde se inserem. Este é sem dúvida o papel que o CBEI desempenha junto da comunidade local.

O CBEI ao longo dos últimos tempos tem demonstrado capacidade, flexibilidade e adaptação às contingências que se lhe colocaram, com características muito próprias e tendo sido evidente a escassez de recursos financeiros.

O ano de 2016 ficou marcado pelas profundas mudanças sociais que tem vindo a a ocorrer nos últimos anos e que deram origem a uma clivagem social, desemprego ou situações de emprego precário o



que levou a um aumento da pobreza escondida no seio de muitas famílias. São famílias marcadas para todo o sempre, pelas dificuldades financeiras sofridas que se refletiram nos incumprimentos das obrigações fiscais, financeiras, na saúde, na habitação, na alimentação e no ensino. A nossa instituição ressentiu-se pelos incumprimentos do pagamento das mensalidades ou pelo elevado número de pedidos para a redução do valor das mensalidades ou solicitar acordos de pagamento devido aos incumprimentos entretanto registados no pagamento das mensalidades. O Órgão de Administração procurou encontrar a resposta adequada de forma a evitar consequências maiores para as crianças, sobretudo para aquelas que a sua presença na instituição lhes proporciona o bem-estar e a alimentação diária.

O ano de 2016 fica, também, marcado pelas constantes alterações fiscais, implementação de procedimentos administrativos, novos estatutos e regulamentos internos.

Este exercício ficará, também, marcado pelo aumento das mensalidades e uniformização das quotas. Tinha de ser ... pois há mais de 10 anos que não se actualizavam estes valores.

A administração da instituição fez um profundo esforço de contenção de despesas. Para isso alterou os procedimentos de compras, o que levou a uma redução significativa das despesas com fornecedores permitindo assim reduzir as dívidas para com estes. Procurou-se, sempre que necessário, fazer uma contratação estritamente necessária e polivalente. A gestão dos recursos humanos, disponíveis, foi feita de forma a dar resposta às necessidades diárias. Todas estas adaptações nem sempre correram da melhor forma, pelo que muitas vezes o Órgão de Administração sentiu-se incompreendido e desalentado devido à resistência à mudança, a hábitos de absentismo, a coberto de premissas obsoletas e à incompreensão permanente de alguns em não querer aceitar a mudança dos tempos.

O Órgão de Administração foi eleito pelos sócios e é a estes que deve as explicações do seu exercício, sobre as decisões que toma diariamente quer seja da decisão mais simples à decisão mais melindrosa, como desactivar uma sanita.

São muitas as vezes que alguns sócios se esquecem da sua responsabilidade enquanto sócios/ "acionistas da empresa" CBEI e que é na magna assembleia que se devem fazer e debater as propostas e tomar as decisões que levam a nossa associação a atingir os objectivos que melhor servem a nossa associação e interesses. Não são os "monólogos", as "conversas de corredor" ou notícias da "rádio alcatifa", "alimentadas por adultos de dentro e de fora", que nada fazem crescer ou dignificar o CBEI e os seus profissionais e utentes. Antes pelo contrário só desprestigiam a "casa" e aqueles que a coabitam todos os dias e em particular os que todos os dias dão o seu melhor.

Vemo-nos na obrigação de alterar regulamentos e procedimentos bem como a organização de todos os serviços desta instituição para melhorar a sua qualidade e torna-los mais sustentáveis e responsáveis. Deverá ser desenvolvida uma ação focada numa estrutura mais operativa e melhor preparada, baseada em maior empenho, competência, dedicação e orgulho pelo trabalho realizado. Mais uma vez, digo, que nunca se deverá perder de vista a valorização dos seus colaboradores, sendo que neste campo urge diferenciar e premiar competências, desempenhos e dedicação o que só será possível com a implementação de procedimentos de avaliação, que até à data de hoje ainda não foi possível implementar. **MAS ... A CRIANÇA, os UTENTES SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR!!**

Estivemos e estaremos atentos às necessidades sociais e às oportunidades do mercado, à procura de parceiros, prosseguindo com inovação novas abordagens ao utente/cliente, mas não a qualquer custo. O setor privado – na sua vertente de responsabilidade social - está cada vez mais consciente dos

desafios (produtividade, criação de emprego) e o setor social está mais desenvolvido (mais informação; maior compromisso com a sociedade civil, maior enquadramento legislativo) porque os desafios são cada vez mais generalizados. Terá, assim, de haver a melhor "combinação" dos dois mundos, no sentido de encontrar soluções inovadoras e sustentáveis para o CBEI.

Fiel à missão, e apesar dos contratemplos e dificuldades já referidas, o CBEI prosseguiu a sua missão de serviço à causa pública, cumprindo de forma social e economicamente responsável os objetivos e desafios a que se propôs para o exercício de 2016.

Foram determinantes para os resultados financeiros positivos em 2016, em mais de 20 mil euros, já com todos os subsídios e contratos devidamente provisionados, graças ao trabalho de identificação dos pontos críticos, o desenvolvimento de novos planos de ação assentes numa gestão rigorosa de controlo de custos, de boas práticas de administração de recursos humanos e financeiros, sustentabilidade e consequente consolidação de resultados. O acreditar, o desempenho e comprometimento da maioria dos nossos colaboradores bem como dos voluntários e famílias, que acreditaram no nosso projecto, sobretudo nos novos projectos, e na contenção de custos que foram implementados é eles a quem expressamos o nosso sentido agradecimento. Sem eles não seria possível a obtenção deste resultado.

As actividades de 2016 foram uma mais valia para a instituição quer pela projecção da "marca" CBEI quer pela mais valia financeira que proporcionaram. Destas actividades destaco o Mercado medieval, a feira de Outubro, a colónia da praia e as actividades pontuais desenvolvidas pelas valências.

No CBEI nem tudo corre mal. Mas há muito para mudar e vencer!

Gil Teixeira

Presidente do Órgão de Administração

O CBEI

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Educação

432 utentes;
7 salas de creche;
7 salas de Jardim de Infância;
6 salas de ATL.

Escola de natação – Os golfinhos

206 utentes;

AAAF's - Atividades de Animação e Apoio à Família

3 estabelecimentos de JI da CM VFXira
3 funcionários em regime de deslocação
Total 50 crianças

AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular

21 Professores/monitores
227 Alunos no Agrupamento Alves Redol

Protocolo Municipal Serviço de Refeições Escolares

84.011 refeições fabricadas e fornecidas

Protocolo de Apoio aos Refeitórios Escolares do Município

6 estabelecimentos da CM VFXira
7 funcionários em regime de prestação de serviços

Protocolo da Cantina Social

47 carenciados diários, sete dias por semana
17.603 refeições fornecidas em 2016

O CBEI EM NÚMEROS redondos

1,8 milhões de património construído

2.750 m² de construção

1,8 milhões de euros de proveitos em orçamento

1,75 milhões de euros de proveitos realizados

1,2 milhões de euros previstos em orçamento para vencimentos

1.16 milhões de euros gastos em vencimentos

+ de **120** trabalhadores directos e indirectos

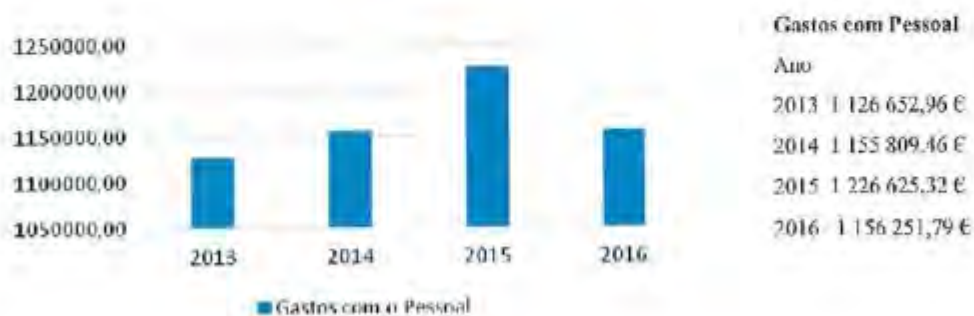
600 famílias envolvidas

6 estágios curriculares

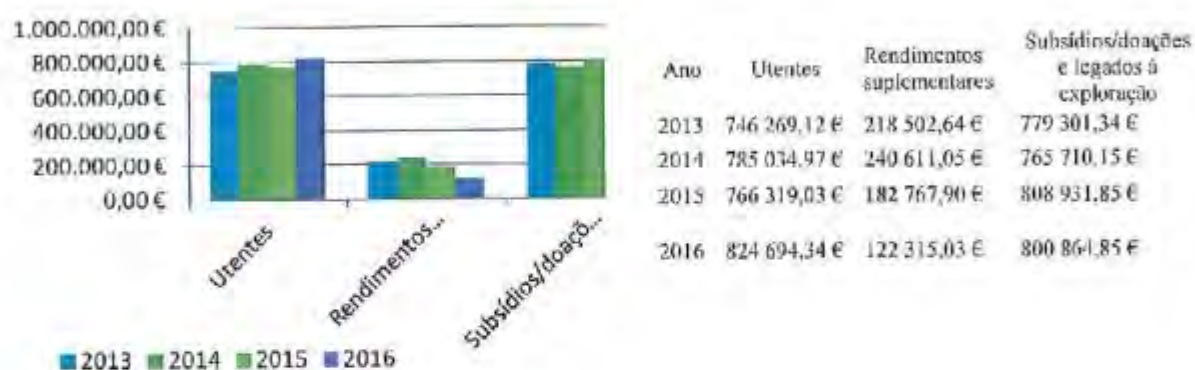
+ de **200.000 Km** percorridos

O CBEI EM GRÁFICOS

Gastos com Pessoal



Proveitos



RELATÓRIOS SECTORIAIS

EDUCAÇÃO

Introdução

É princípio da instituição abraçar todos os novos desafios que nos são colocados e promover formas de inovação pedagógica, privilegiando novas áreas de intervenção que possibilitem uma maior e mais tranquila gestão e autonomia financeira. Como forma de ilustrar um pouco do trabalho desenvolvido e privilegiado em termos pedagógicos com os nossos utentes, far-se-á referência a algumas das atividades promovidas no ano 2016.

Atividades de Creche

Na valência de creche, a intervenção pedagógica assenta sobretudo no respeito e focalização na qualidade das relações que se estabelecem com a criança. O afeto e as relações de segurança são a base de todo o trabalho desenvolvido, bem como o respeito pelos seus tempos e estádios de desenvolvimento. Assim as atividades desenvolvidas surgem com a espontaneidade dos momentos vividos, nos cuidados quotidianos e nas rotinas constituindo-se estas como oportunidades educativas especiais que primam pela qualidade.

Um dia no Zoo!

O objetivo desta atividade foi proporcionar às crianças um momento de partilha e contacto com um espaço diferente, apelando para a sua curiosidade natural e fomentando aprendizagens adequadas à sua faixa etária.

Saber estar em grupo, orientação em espaços exteriores, partilhar descobertas. Desta forma potencializam-se aprendizagens e colabora-se com as famílias na autonomia das crianças.

Valência de Pré-Escolar

Esta valência, pela especificidade dos marcos de desenvolvimento das crianças e das competências que devem ser promovidas, prima pela diversidade de experiências. A equipa pedagógica define o seu trabalho numa perspetiva ecológica e sistémica. A interação e partilha entre todos os intervenientes no processo educativo constituem o pilar fundamental de todo o planeamento realizado ao longo do ano. A diversidade de tempos e espaços organizados tem como finalidade o cumprimento dos objetivos definidos nesta valência.

O dia-a-dia das crianças é preenchido por diferentes desafios colocados pelos educadores e exploração de diferentes materiais e experiências.

Com o intuito de se desenvolver todos os dias um trabalho pedagógico adequado e rico, destacam-se algumas atividades realizadas.

Descobrir o faz de conta

Ida ao Teatro Armando Cortez – casa do artista, assistir à peça Cinderela com os seguintes objetivos:

- Promover o contacto com formas de expressão artísticas;
- Potenciar a imaginação e a criatividade;
- Promover o conhecimento e o respeito por regras e normas de conduta.

Festa - Carnaval

Organização de um desfile de máscaras pelas ruas da cidade com o intuito de:

- Potenciar a imaginação e a criatividade;
- Estreitar relações com a comunidade envolvente.

E quando os pais vêm à escola? – Momentos em Família

Um das principais preocupações desta instituição é a proximidade dos pais à instituição e a partilha de momentos que promovam o estreitamento destas relações contribuindo para o desenvolvimento harmonioso e feliz das crianças. Assim, estes são alguns dos momentos em família que podemos partilhar:

- O Pai na escola

Organização de momentos partilhados entre pais e filhos;

- A Mãe na escola

Organização de momentos partilhados entre mães e filhos;

- Hora do Conto

Inserido no projeto Era uma Vez... Desenvolvimento da atenção e concentração, imaginação e criatividade com a participação dos pais que são convidados a virem ler uma história à sala dos seus filhos.

- "Falar com o Coração"

Integrado no projeto Ser e Conhecer (desenvolvimento emocional, autorregulação e competências sociais) os pais são convidados a experimentarem duas sessões, uma só para pais e outra para pais e filhos, onde partilham afetos e vivências emocionais contribuindo para o desenvolvimento emocional dos filhos e das relações familiares.

Descobrir a cidade

Como forma de beneficiar dos recursos da comunidade envolvente (Mercado Municipal, Biblioteca, Museus, entre outros), organizam-se diversos momentos de conhecimento e exploração destes espaços visando:

- Promover contacto com a comunidade envolvente
- Potenciar aprendizagens através da observação e experimentação

Dia do Idoso

Com o objetivo de promover o contacto entre crianças e a pessoa idosa, realizou-se uma atividade de partilha de momentos lúdicos e afetivos entre estas duas faixas etárias.

1, 2, 3 ... Partida!

Organização da festa da Educação Física com a colaboração do Agrupamento de Escolas Alves Redol, com cedência do espaço e de materiais, com os seguintes objetivos:

- Partilhar aquisições ao nível do conhecimento do corpo, coordenação geral, equilíbrios e destreza física.

Atividades de ATL – 1º, 2º e 3º Ciclos

Esta valência tem como principal desafio a promoção da responsabilidade nas crianças e jovens, o estreitamento de relações de amizade e de noção de grupo e a gestão de comportamentos assertivos.

As atividades propostas são apresentadas como desafios a ultrapassar e assentam no projeto Descobrir e Sentir... (continuidade do projeto Ser e conhecer aplicado a idades dos 6 aos 10 anos) e Conversas no Sótão (2º e 3º Ciclo) passando sobretudo por dinâmicas de grupo, contacto com diferentes formas de expressão e reflexão conjunta, *workshop*'s e execução de projetos de sala para a valência de 2º ciclo e 3º ciclo.

Paralelamente, esta é uma valência que aceita todos os desafios vindos de entidades parceiras, como sejam a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a Santa Casa da Misericórdia, participando em atividades conjuntas.

Partimos à aventura!

Realização do Acantonamento na Serra da Estrela e acantonamento na Tocha, como forma de estratégia para alcançar os seguintes objetivos:

- Valorizar os tempos das crianças, criando-lhes novos centros de interesse e descoberta de novas formas de brincar e estar em grupo;
- Reforçar os laços afetivos entre as crianças e os adultos que com elas estão diariamente;
- Promover a autonomia e o sentido de responsabilidade.

Divertidamente Aqui e divertidamente Ali

Duas atividades programadas para a totalidade das crianças a frequentar a valência de 1º Ciclo (com a participação também dos pais na primeira atividade), integradas no Projeto "Descobrir e Sentir", com os seguintes objetivos:

- Promover um espaço de integração de aprendizagens do foro comportamental e emocional;
- Potenciar momentos de partilha, interajuda e competência social de cada criança e grupo;
- Promover a autonomia na criança;
- Integrar e ativar competências de auto-regulação emocional;
- Promover o estreitamento de relações entre a instituição e a família.

Uma Aventura em Montachique

Esta atividade tem como público alvo todas as crianças a frequentar a valência de ATL 1º Ciclo e é realizada no início do ano letivo, como resposta integradora e facilitadora da transição das crianças entre a valência de pré-escolar e de ATL.

Esta transição deve ser facilitada, procurando-se com esta atividade, o acolhimento das crianças mais novas pelas mais velhas, colocando em prática uma forma de tutoria entre os pares.

Queima das Fitas

Esta atividade é realizada pela equipa de ATL 1º ciclo para as crianças do 4º ano e suas famílias, tendo como objetivo assinalar o final de um ciclo na instituição.

Halloween:

Atividade que envolve os jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos da valência de ATL, com os seguintes objetivos:

- Promover o contacto com outras culturas
- Potenciar o desenvolvimento da criatividade e da imaginação
- Estreitar relações entre pares e a identidade grupal

Gala Jovem

Espectáculo aberto à comunidade, realizado pela valência de ATL 2º ciclo e 3º ciclo, onde estes são atores, interpretes, bailarinos e criadores de todo o espectáculo. Este momento é realizado com a parceria do Ateneu Artístico Vilafranquense que amavelmente nos cedé o espaço.

A Magia do Natal!

Esta atividade comporta diferentes momentos, destacando-se uma venda de Natal organizada pelo jovens do 2º e 3º ciclos da valência de ATL, onde estes são os artesãos e os vendedores, como forma de promover as suas aptidões artísticas e de angariar verbas para os acantonamentos. Outro dos momentos envolve elementos da equipa de pré- escolar com a dinamização de uma peça de teatro que contribuí para o desenvolvimento da imaginação das crianças e contribuí para a vivência de momentos mágicos. Estes momentos foram potenciados pela recriação no ginásio de uma floresta nórdica, onde o Pai Natal e os seus ajudantes fizeram a distribuição dos presentes a todas as crianças da instituição.

Resumo das Valências

Número médio de utentes no ano civil de 2016

VALÊNCIAS	Nº MÉDIO DE ALUNOS
Creche	93
PE	138
ATL - 1º Ciclo	189
TOTAL	421

ESCOLA DE NATAÇÃO – Os Golfinhos

No desenvolvimento da atividade no âmbito da Escola de Natação “Os Golfinhos”, O CBEI, tem procurando dar respostas adequadas às solicitações e necessidades dos que a procuram. Em termos da competição os seus nadadores tem vindo a registar resultados dignos de registo e destaque.

No futuro deverá ser equacionada uma estrutura financeira e profissional que permita acompanhar os campeonatos oficiais regionais e nacionais.

Atividades

Durante o ano de 2016 desenvolveram-se as seguintes atividades:

1ª JORNADA DO XIRA 2016

Piscina M VFX - 17/JAN /2016

NADADORES de Pré e Competição

Participação no Plano Concelhio de Desenvolvimento da Natação Competitiva da responsabilidade da CMVFX

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

2ª JORNADA DO XIRA 2016

Piscina M VFX - 21/FEV/2016

NADADORES de Pré e Competição

Participação no Plano Concelhio de Desenvolvimento da Natação Competitiva da responsabilidade da CMVFX

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

3ª JORNADA DO XIRA - 2016

Piscina M VFX - 20/MAR/2016

NADADORES de Pré e Competição

Participação no Plano Concelhio de Desenvolvimento da Nataçãõ Competitiva da responsabilidade da CMVFX

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

IV FESTA DE CAMPO

Cabo da Lezíria VFXIRA-17/ABR/2016

Evento Global Familiar

CBEI/ Nataçãõ Convívio desportivo alargado entre TODA a Comunidade

Educaçãõ do CBEI e Amigos da Instituiçãõ

Articulaçãõ com o PAA do CBEI

(Adiada devido a condições climatéricas desfavoráveis)- NÃO REALIZADA!

4ª JORNADA DO XIRA 2016

Piscina M VFX - 17/ABR/2016

NADADORES de Pré e Competição

Participação no Plano Concelhio de Desenvolvimento da Nataçãõ Competitiva da responsabilidade da CMVFX

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

5ª JORNADA DO XIRA 2016

Piscina M VFX - 15/MAI/2016

Participação no Plano Concelhio de Desenvolvimento da Nataçãõ Competitiva da responsabilidade da CMVFX

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

TORNEIO INTER ESCOLAS SAMORA CORREIA

Samora – 15/MAIO/16

NADADORES Convocados

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

FESTA FINAL - Piscina M VFX - 26/JUN/2016

Todos os Nadadores + Familiares

Cumprir o PAA da Escola/CBEI

Convívio entre todos os Nadadores e familiares

24H a NADAR Clube Luz e Vida - Seixal - 15/OUT/2016

28 Nadadores Convocados de Pré e Competição

Competir com outras Escolas/ Instituições /Clubes

HALOWEEN – Piscina - M VFX - 30/OUT/2016

Nadadores da Pré e Competição

Assinalar o Evento e participar na proposta da CMVFX

FESTA DE NATAL - Piscina M VFX - 18/DEZ/2016

Todos os Nadadores + Familiares

Cumprir o PAA da Escola/CBEI

Convívio entre todos os Nadadores e familiares

RESPOSTA SOCIAL À COMUNIDADE

A importância do envolvimento de toda a comunidade e em especial a participação ativa das famílias foram tidos em conta em várias atividades realizadas com custos reduzidos ou controlados e que deram também visibilidade ao CBEI, a destacar:

Como atividades alargadas a toda a Instituição, importa referir as seguintes:

Mercado Medieval

Esta é iniciativa que requer a colaboração de todos os funcionários, pais, amigos da instituição e crianças. Conta com o apoio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, bem como diversas entidades parceiras. Requer uma dinâmica e organização próprias, necessitando também de diversos apoios externos à instituição. Tem como principais objetivos:

- Angariação de fundos para a Instituição
- Contribuir para o conhecimento e valorização das potencialidades da cidade
- Promover o contacto e aprendizagens de outras culturas e formas de fazer e estar
- Estreitar as relações entre a instituição e a comunidade envolvente

Chegou o Verão!

Esta atividade consistiu na organização de uma colónia de praia interna para todas as valências, exceto a creche, com a duração de 2 semanas, visando:

- Promover o contacto com outros espaços e novas experiências

- Potenciar o desenvolvimento da autonomia
- Desenvolver o sentido de grupo

Aniversário do CBEI

Momento de partilha entre todos, assinalando o aniversário do CBEI e a abertura do ano letivo, proporcionando um espaço de interação e convívio.

Feira de Outubro

A instituição colocou-se a si própria um novo desafio que constou na participação na Feira de Outubro, com a dinamização de um espaço de restauração procurando a angariação de fundos para futuros melhoramentos da instituição.

Festa de São Martinho

Organização de um lanche partilhado entre as diferentes valências com a colaboração das famílias na partilha de doces e frutas da época.

AAF's – Atividades de Animação e Apoio à Família

Esta parceria com o município desenvolve-se nos Jardins de Infância da cidade onde é necessário assegurar a componente não letiva até às 18 horas.

Estas atividades são desenvolvidas nas escolas:

- João de Deus com 26 crianças (média);
- Povos com 18 crianças (média);

Perfaz um total de 44 crianças em duas salas tendo o CBEI deslocado neste período 2 colaboradores.

Atividades

As atividades desenvolvidas baseiam-se em na hora do conto, pintura e jogos didáticos.

AEC's – Atividades Extra Curriculares

Este projeto resulta de uma parceria com o município e desenvolve-se nas escolas de 1ª ciclo da cidade onde é necessário assegurar a componente não letiva até às 17.30 horas. Esta atividade é desenvolvida nas seguintes escolas:

- Vasco Moniz com 64 crianças
- Álvaro Guerra com 116 crianças
- Povos com 70 crianças

Perfaz um total de 250 crianças e estiveram contratados 19 colaboradores para lecionar as AEC's.

Atividades

São lecionadas as seguintes áreas:

Ciências, Expressão plástica, Música e Atividade Física.

Outras Iniciativas e respostas comunitárias

- Gala Jovem;



- Festa da ginástica;



- Festas da natação;



- Concurso de Bandas do Ateneu Artístico Vilafranquense



- Dia da PSP;



- Mercado medieval;



- Feira de Outubro;



- Projeto "Falar com o Coração":

NOVAS RESPOSTAS SOCIAIS

No mês de Julho decorreu a visita da delegação espanhola da Associação de Familiares com Alzheimer (AFA) ao CBEI e paços do concelho. Ficaram estabelecidos procedimentos para um futuro protocolo entre as duas instituições.



ÁREAS FUNCIONAIS DO CBEI

O CBEI tem procurado identificar e analisar OS PONTOS CRÍTICOS e encontrar novas oportunidades de intervenção, que garantam a melhoria contínua dos seus serviços e a sustentabilidade da Instituição.

Planeamento e Controlo Administrativo

O CBEI procurou identificar e analisar novas oportunidades de intervenção, que garantissem a melhoria contínua do planeamento e controlo administrativo da instituição.

Para tal investiu na formação dos seus colaboradores e comprou equipamento adequado às funções.

A gestão diária da Instituição procurou-se a cada momento tomar as decisões corretas e no sentido de reduzir custos.

Serviços Administrativo e Utentes

Estando definido como prioritária a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) certificado pela norma ISO 9001:2008, ainda não foi oportuno, financeiramente, iniciar esta certificação. Contudo neste exercício foi feito um esforço, nem sempre atingido, de assegurar a qualidade dos serviços prestados, satisfazendo as necessidades implícitas e explícitas dos utentes do CBEI.

No exercício de 2016 incidiu-se sobre:

- Melhoria dos procedimentos administrativos;
- Melhoria da articulação entre o Órgão de Administração, Serviços Administrativos e área pedagógica;
- Revisão e aprovação dos Regulamentos Internos.

Formação Profissional

A formação dos colaboradores do CBEI é uma prioridade, não só para a cumprir a legislação em vigor, mas em especial para apoiar

ao sucesso e garantia de qualidade dos serviços que presta à comunidade bem como da melhoria de produtividade e impulsionadora da inovação, que deverão passar a ser dois pilares fundamentais para a gestão desta Casa.

Durante 2016 foram realizadas ações de formação nesse sentido destacando-se a formação "Crescer e sentir" e "descobrir e sentir"

Esta formação destinou-se a todos os colaboradores e pais de modo a dotá-los de competências adequadas e ajustadas ao desenvolvimento da Instituição. Ainda durante este ano foi realizada formação aos colaboradores dos serviços administrativos.

Comunicação e Imagem

Durante 2016 procurou-se uma maior divulgação do CBEI junto da comunicação social e das redes sociais.

Dinamização de conteúdos na net

O CBEI neste âmbito manteve a parceria para a gestão de conteúdos na rede social Facebook e concluiu-se que existe a necessidade de alterar esta parceria no sentido de melhorar a sua dinâmica. Contudo ao longo do ano foram feitas várias publicações.

Contatos com a Comunicação Social

Neste âmbito foram mantidas relações com a Comunicação Social local e regional escrita e foram feitas participações em programas de rádio.

Também nesta área de devemos mais assiduamente fazer divulgação da Instituição para além da experiência que se proporciona aos participantes.

Informática e Telecomunicações

Neste exercício iniciou-se o processo de modernização e informatização de todos os procedimentos administrativos tendo sido

feita a aquisição/atualização de software e hardware de forma a dotar os postos de trabalho de condições.

A este investimento juntou-se o investimento em formação ao pessoal administrativo para um correto uso das aplicações adquiridas ou atualizadas.

Resultado da evolução tecnológica, e das ameaças que daí resultam para a segurança digital, o CBEI viu-se na contingência de rever a sua infraestrutura de segurança informática e guarda de dados digitais tendo para o efeito realizado um investimento num novo servidor bem como na rede estruturada de acesso ao mesmo.

No âmbito das telecomunicações internas e externas o CBEI continua junto da operadora a obter as melhores reduções de custos nesta área.

Manutenção e Segurança

O serviço de Manutenção foi pronto e cabal a todas as valências e colaborou em todas as iniciativas promovidas pelo CBEI.

O CBEI em 2016 redesenhou o seu sistema de segurança existente e já obsoleto. Ao pessoal administrativo foi dada a devida formação.

O CBEI tem procurado assegurar as condições necessárias para garantir o cumprimento da legislação em vigor, no que respeita aos diversos equipamentos existentes, nomeadamente, através das vistorias aos Equipamentos Infantis e aos Equipamentos Desportivos, Inspeções de Gás e Energia Elétrica, entre outros. Tendo em conta os custos associados a estas vistorias apenas se realizou a vistoria ao parque infantil do PE. Aos outros equipamentos, tendo em conta as não conformidades existentes e os custos de alteração associados não houve disponibilidade financeira para a sua execução.

Logística e Aprovisionamento

Na área da logística deu-se continuidade ao processo de melhoria. O armazém encontra-se finalmente organizado e limpo que em muito se deve ao brio do colaborador Carlos Miranda.

No que respeita ao aprovisionamento procurou-se melhorar o procedimento das compras e redução de custos procurando no mercado as melhores soluções preço qualidade.

Tendo em conta os resultados de despesa com os principais fornecedores obtidos no passado e comparado com os deste ano constata-se que se deverá continuar a investir em novos procedimento de requisição, entrega e controlo das compras. Acreditamos que assim se possam controlar de forma ainda mais eficaz os custos.

Investimentos e Património

O CBEI em 2016, devido à contenção de custos cerca de 40 mil euros em novos investimentos.

O CBEI e a Interação com a Comunidade

O CBEI, face às múltiplas vertentes da atividade que desenvolve, tem vindo a estabelecer proficuas relações, quer efetivando parcerias formais ou informais, quer assegurando a sua representação com entidades várias.

Participação na Rede Social

O CBEI tem assegurado, de forma sistemática, a sua representação junto de várias entidades e organismos permitindo-lhe atuar numa ótica de colaboração, acompanhamento e coordenação com os restantes agentes, tanto na definição de políticas como em atividades relacionadas com a economia social, procurando sinergias no desenvolvimento da própria atividade.

O CBEI pela sua representação na Comissão Social de Freguesia de Vila Franca de Xira, no Conselho Local de Ação Social - CLAS de

Vila Franca de Xira continua envolvido nos problemas da **REDE SOCIAL**.

O CBEI participa, ainda, no **movimento solidário** através da Associação das Instituições Particulares de Solidariedade Social/IPSS - **AISC** do concelho de Vila Franca de Xira, nas Assembleias Gerais e outras reuniões promovidas pela **CNIS**, **UDIPSS** de Lisboa e **FITI**.

O CBEI encontra-se representado nas seguintes estâncias ou organismos:

- Rede Social do Concelho de Vila Franca de Xira - Conselho Local de Ação Social – CLAS;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Reynaldo dos Santos;
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Alves Redol.

Outras Parcerias

O CBEI tem estabelecido Protocolos com diversas entidades públicas e privadas, nacionais:

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira;
- Centro de Formação Profissional de V F de Xira;
- Instituto Superior de Psicologia Aplicada;
- Escola Superior de Educação de Santarém;
- Universidade Lusófona;
- Escola Superior Maria Ulrich;
- Instituto da Segurança Social;
- Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Escola Superior Agrária de Santarém;

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

No desenvolvimento da sua atividade no âmbito da ação social, o CBEI, ao longo da sua existência, tem alargado a sua ação procurando dar respostas adequadas às solicitações e necessidades dos que a procuram, sempre em prol do bem comum. Tem procurado criar respostas adequadas aos desafios atuais, sem temer esses mesmos desafios, que, pelo contrário, a têm inspirado para ousar, mudar e acreditar que é sempre solicitada a sua colaboração.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, IEFP

Atualmente o CBEI recebeu deste organismo um subsídio de 3.578,63 euros pelo programa dos CEI's – Contrato Emprego e Inserção.

Instituto da Segurança Social, IP (ISS)

Atualmente a CBEI tem protocolado 2 acordos de Cooperação com o ISS, que têm vindo a representar um significativo apoio financeiro para atividade do CBEI, englobando as seguintes Respostas:

Ensino

O CBEI possui protocolo com o ISS na resposta nas valências de Creche, JI, ATL 1º ciclo, ATL 2º ciclo e ATL 3º ciclo. Este subsídio é de 792.064,32 euros

Cantina Social

O CBEI durante 2016 forneceu 47 refeições durante 365 dias a carenciados identificados pelo ISS e JF de Vila Franca de Xira nesta vertente o subsídio é de 38.590,00 euros.

Câmara Municipal de Vila F. de Xira

Atualmente a CBEI tem 6 protocolos com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de grande importância para a comunidade mas também importantes para a nossa instituição.

PAMA - Programa de Apoio ao Movimento Associativo

O Programa de apoio à atividade regular atribuiu ao CBEI um valor de 5.050,00 euros na vertente de obras.

Protocolo de Municipal de serviço de Refeições

Este protocolo permite ao CBEI receber um subsídio de 172.384,98€ da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Este protocolo revela-se de grande interesse financeiro para a nossa instituição.

Protocolo de Municipal de serviço de Refeitórios

Este protocolo permite ao CBEI receber um subsídio de 21.600,00€ da Câmara Municipal de Vila Franca e dá ocupação a sete prestadores de serviço.

AAF's – Atividades de Animação e Apoio à Família

Esta parceria com o município desenvolve-se nos Jardins de Infância da cidade.

Este protocolo permite ao CBEI receber um subsídio de 24.481,55€ da Câmara Municipal de Vila Franca e dá ocupação a sete prestadores de serviço.

AEC's – Atividades de Animação Curricular

Este projeto resulta de uma parceria com o município e desenvolve-se nas escolas de 1º ciclo da cidade.

Este protocolo permite ao CBEI receber um subsídio de 29.647,45€ da Câmara Municipal de Vila Franca e dá ocupação a sete prestadores de serviço.

ME – Mercado Medieval

A Câmara Municipal tem subsidiado este evento do CBEI, por o considerar de importância para o CBEI e para a própria cidade. Para além de várias formas de apoiar este evento, em materiais, homens e outros fornecimentos como a água em reunião de câmara foi aprovado um subsídio de 6.000,00€, em 2015, para a realização deste evento.



ANÁLISE E AVALIAÇÃO FINAL DAS ACTIVIDADES NAS VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS E FUNCIONAIS

O Órgão de Administração do CBEI, reunido a 6 de Fevereiro de 2017, fez uma análise e avaliação das actividades desenvolvidas e da área administrativa da Instituição que aqui se reproduz:

"Perante os relatórios apresentados pelas respostas sociais, demais documentos no que se refere à actividade desenvolvida em 2016 conclui-se que os objectivos pedagógicos foram atingidos bem como o cumprimento em geral das actividades previstas em plano anual. Contudo muitos procedimentos deverão ser alterados no futuro com vista a melhorar as actividades bem como a sua sustentabilidade.

Quanto à avaliação do funcionamento administrativo foi sofrível pois o seu funcionamento baseia-se em rotinas e procedimentos obsoletos, desadequados e até não conforme com a legislação em vigor. Para que tal aconteça é necessário o empenho de todos os recursos humanos e devem ser melhoradas as relações interpessoais bem como encontrar doses adicionais de motivação aos que ainda sentem dificuldade em mudar rotinas e desempenhos. Deverá ser introduzida a avaliação de desempenho para que se possa premiar mérito, competência e dedicação e brio profissional."

Em conclusão o CBEI está no momento de inflectir o percurso que vinha tomando e tornar-se uma IPSS com resposta pronta, sustentável e estável em termos financeiros e laborais.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

No exercício de 2016 a análise da Situação Económica e Financeira do CBEI foi efetuada através da verificação dos valores apresentados nas Demonstrações Financeiras.

Análise do Balanço

Analisando as contas do Ativo, verifica-se no Ativo não Corrente – Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis (ex: edifícios e equipamentos) – uma diminuição de 12.961,72 euros. O valor registado reflecte a política de contenção adotada no que respeita a novos investimentos.

No que respeita ao Ativo Corrente verifica-se uma diminuição em relação ao ano anterior, apresentando em 2016 um valor de 232.579,16 euros, significando um decréscimo de 7.112,16 euros nas dívidas em mora dos utentes e clientes face ao ano anterior e ao mesmo tempo um aumento das disponibilidades financeiras, aumentando a autonomia financeira da instituição em + 4,00% em relação a 2015.

Quanto às contas do Passivo, a diminuição foi de 43.725,28 euros justificado fundamentalmente pela redução dos pagamentos a fornecedores.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 2015-2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação	
		2016	2015	Valor	%
Vendas e serviços prestados		805.077,90	767.530,68	42.547,22	5,55
Subsídios, doações e legados à exploração		799.125,36	808.931,53	-9.806,19	-1,21
Variação nos inventários de produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-277.610,96	-273.828,83	-3.782,13	1,38
Fornecimentos e serviços externos		-288.114,10	-288.244,08	129,98	-0,05
Gastos com o Pessoal		-1.163.301,26	-1.226.623,32	63.324,06	-5,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-21.219,82	16.392,18	-4.827,64	29,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.340,20	-55.248,94	-77.589,14	-140,44
Juros e rendimentos similares obtidos		5,10	54,15	-48,85	-90,21
Juros e gastos similares suportados		-1.475,89	-1.097,97	-375,92	34,24
Resultados antes de impostos (imposto sobre o rendimento do período)		20.871,61	-56.292,76	-77.164,37	-137,08
Resultado líquido do período		20.871,61	-56.292,76	-77.164,37	-137,08

Análise da Demonstração dos Resultados

As contas de Rendimentos aumentam em relação a 2015. Em 2016 apresenta um valor de 42.547,22€ resultante do aumento das participações das famílias.

mantêm a tendência de diminuição já verificada nos últimos anos.

A redução de gastos com pessoal em relação ao ano anterior em -5,16% é de 77.589,14€ e o custo dos bens alimentares reduziu -3,19% em relação ao ano anterior. Assim, o Resultado Líquido regista um valor positivo de 20.871,61 euros.

Apesar do número médio de trabalhadores ter vindo a diminuir nos últimos anos e de não se ter alterado a tabela salarial dos trabalhadores, os Gastos com Pessoal apresentam um decréscimo de 63.324,06 euros (-5,16%).

No que respeita aos outros gastos e perdas é, também, apresentada uma redução de 2.091,61 euros (-41,66%) que se deve, essencialmente, ao facto da redução das despesas bancárias aqui refletidas contabilisticamente em anos anteriores

Analisando as contas de Rendimentos, verifica-se uma redução em 2016 da quase totalidade das diversas áreas geradoras de receitas do, o que originou que as vendas e prestação de serviços apresentem uma diminuição de 9.806,40 euros.

Regista-se assim um Resultado positivo de 20.871,61 euros, que se propõe seja aplicado em Resultados Transitados.

REFERÊNCIAS FINAIS

O apoio e colaboração de muitas Personalidades, Entidades Públicas e Privadas foram fundamentais e muito importantes para o CBEI atingir objetivos, de acordo com a sua Missão, e realizar as suas atividades de modo a satisfazer as necessidades da Comunidade em que está inserida. Agradecemos por isso a todos os que de alguma forma contribuíram:

- Todos os trabalhadores e voluntários pela forma dedicada nas suas tarefas e responsabilidades que ajudaram a concretização dos projetos e objetivos do CBEI;
- Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vereadores e demais Colaboradores;
- Senhor Presidente e executivo da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e demais colaboradores;
- ISS – Instituto da Segurança Social;
- IEFP de Vila Franca de Xira;
- Polícia de Segurança Pública de Vila Franca de Xira;
- Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira;
- AAV, Ateneu Artístico Vilafranquense;
- MPG – Caixa Económica Montepio Geral na pessoa do Dr. Pedro Mateus gestor de cliente empresa no balcão de VF de Xira;
- CGD – Caixa Geral de Depósitos na pessoa do Sr. Mário Jorge Soares gestor de cliente do balcão de Vila Franca de Xira;

Não queremos encerrar o ano de 2016 sem deixar um **agradecimento especial a:**

- Educadora Isabel Lopes pelos 14 anos de coordenação pedagógica desempenhados com dedicação e brio profissional e que em 2016 terminou essa tarefa de passagem do serviço à nova Coordenadora.
- Educadora Sónia Oliveira pelos 14 anos de coordenação da valência de pré-escolar desempenhado com dedicação e brio profissional.

- A D^a Amélia Rolo, voluntária, pelos muitos anos que colaborou com extrema dedicação com a nossa instituição, cumprindo religiosamente um horário sem nunca cobrar um cêntimo em troca.
- Às colaboradoras da cozinha pelo desempenho que permitiu o fabrico de milhares de refeições e que em muito ajudaram os proventos do CBEI.
- Ao colaborador Carlos Miranda que conseguiu dar ao CBEI um verdadeiro sentido ao armazém e oficina.

Manifestamos igualmente o nosso reconhecimento aos membros do Conselho Fiscal pelo sua assertividade e persistência no acompanhamento das actividades, orçamentos e relatórios.

Vila Franca de Xira, 6 de Fevereiro de 2017

O Órgão de Administração

Efetivos

Presidente – Gil Afonso de Gouveia Teixeira

Vice-Presidente – Clara Sofia Vitória Vital

Tesoureiro – Helena Isabel Canha Saralva Gonçalves

Secretário – Luís Possidónio Santos Pedro

Vogal – Bruno Emanuel Berenguer Malias

Suplentes

Tiago Filipe Caniço de Oliveira Miranda

Maria Assunção da Silva Rodrigues Ferreira Lopes

The image shows several handwritten signatures in blue ink. The signatures are:

- Gil Afonso de Gouveia Teixeira (President)
- Clara Sofia Vitória Vital (Vice-President)
- Luís Possidónio Santos Pedro (Secretary)
- Bruno Emanuel Berenguer Malias (Member)
- Helena Isabel Canha Saralva Gonçalves (Treasurer)
- Maria Assunção da Silva Rodrigues Ferreira Lopes (Supplemental Member)
- Tiago Filipe Caniço de Oliveira Miranda (Supplemental Member)

ANEXO AO BALANÇO EXERCÍCIO 2016

Apresenta-se de seguida o Anexo ao Balanço a 31 de Dezembro de 2016

Centro de Bem-Estar Infantil

Anexo

31 de dezembro de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
8	Custos de Empréstimos Obtidos	17
9	Inventários	18
10	Rédito	18
15	Benefícios dos empregados	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
17	Outras Informações	19
17.1	Investimentos Financeiros	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	19
17.3	Clientes e Utentes	20
17.4	Outras contas a receber	20
17.6	Outros Ativos Financeiros	20
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	20
17.9	Fornecedores	21
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	21
17.11	Outras Contas a Pagar	21
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	22
17.14	Fornecimentos e serviços externos	22
17.15	Outros rendimentos	22
17.16	Outros gastos	22
17.17	Resultados Financeiros	23
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	23

1 Identificação da Entidade

O "Centro de Bem-Estar Infantil" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º, Série II, com sede em R. Dr. Vasco Moniz, Nº 22. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

-

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6/26-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (períodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de Investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registadas como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" não registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajusté é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - o Alterações no risco segurado;
 - o Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/bcneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advêm de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRÇ.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes do alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	348 779,11					348 779,11
Equipamento básico	110 529,20					110 529,20
Equipamento de transporte	276 594,30					298 990,70
Equipamento biológico	264 824,46					264 824,46
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	7 527,27					23 534,54
Total	1 008 254,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1 046 658,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	288 354,60					289 622,63
Equipamento básico	103 405,99					104 219,51
Equipamento de transporte	268 502,96					279 946,04

Equipamento biológico	7 527,27					7 527,27
Equipamento administrativo	258 553,17					259 567,43
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	926 343,99	0,00	0,00	0,00	0,00	940 882,88

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	348 779,11					348 779,11
Equipamento básico	110 529,20					110 529,20
Equipamento de transporte	298 990,70					298 990,70
Equipamento biológico	264 824,46					266 121,06
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	23 534,54					23 534,54
Total	1 046 658,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1 047 954,61
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	289 622,63					295 583,32
Equipamento básico	104 219,51					105 033,03
Equipamento de transporte	279 946,04					291 389,10
Equipamento biológico	7 527,27					7 527,27
Equipamento administrativo	259 567,43					260 581,69
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	940 882,88	0,00	0,00	0,00	0,00	960 114,41

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	14 512,78	14 512,78	0,00	21 038,78	21 038,78
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	14 512,78	14 512,78	0,00	21 038,78	21 038,78

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015			2016			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	602,50	0,00	0,00	3 876,24	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 021,26	277 424,35	0,00	15 787,91	261 481,47	0,00	4 329,40
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	11 021,26	278 026,85	0,00	15 787,91	265 357,71	0,00	4 329,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				273 828,83			277 610,96

10 Rêdito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Rêditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	759 766,90	737 503,18
Quotas e jóias	25 631,50	25 027,50
Promoções para captação de recursos	19 679,50	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	15,30	54,15
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	805 093,20	762 584,83

15 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	941 339,69	973 590,75
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	521,62	19 690,76
Encargos sobre as Remunerações	211 435,23	221 860,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 463,50	8 383,88
Formação profissional	1 541,22	0,00
Outros Gastos com o Pessoal		3 099,10

Total	1 163 301,26	1 226 625,32
--------------	---------------------	---------------------

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	7 797,19	976,69
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	7 797,19	976,69

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2 680,59	3 021,41
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	-116,17	-85,57
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	2 564,42	2 935,84
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00

Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	38 009,69	25 566,70
Utentes	91 469,03	111 024,18
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-81 646,37	-107 458,17
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	47 832,35	29 132,71

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	6 821,03
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	20 000,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	-6 407,59	-21 235,20
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	13 592,41	-14 414,17

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Montepio Geral	6 145,64	
Total	6 145,64	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	19 070,44	368,00

Depósitos à ordem	21 964,26	28 948,28
Depósitos a prazo	3.500,00	50 719,17
Outros		
Total	44 534,76	80 035,45

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	81 646,37	107 458,17
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	81 646,37	107 458,17

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 909,18	9 327,96
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	7 909,18	9 327,96
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	20 045,67	0,00
Segurança Social	43 267,19	42 568,57
Outros Impostos e Taxas	48,82	122,20
Total	63 361,68	42 690,77

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		6 407,59		21 235,20
Total	0,00	6 407,59	0,00	21 235,20

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	795 546,70	806 031,85
Subsídios de outras entidades	3 578,66	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	799 125,36	806 031,85

Os "Subsídios e Apóios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	35 357,81	23 034,76
Serviços especializados	103 924,52	88 060,92
Materiais	13 156,27	23 540,07
Energia e fluidos	37 059,80	37 168,18
Deslocações, estadas e transportes	19 883,80	20 645,49
Serviços diversos	78 274,60	94 925,59
Total	287 656,80	287 375,01

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	116 499,30	135 010,01
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,15	190,56
Recuperação de dívidas a receber	406,00	0,00
Ganhos em inventários	5 519,87	6 377,25
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 499,60	6 515,26
Outros rendimentos	45 753,51	34 674,82
Total	170 680,43	182 767,90

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1 154,59	1 049,64
Descontos de pronto pagamento concedidos	440,76	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e	0,00	0,00

empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	2,58
Outros Gastos	702,00	3 336,74
Total	2 297,35	4 388,96

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 403,05	1 097,63
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	70,84	0,34
Total	1 473,89	1 097,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	15,30	54,15
Dívidos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	-10,00	0,00
Total	5,30	54,15
Resultados Financeiros	-1 468,59	-1 043,82

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

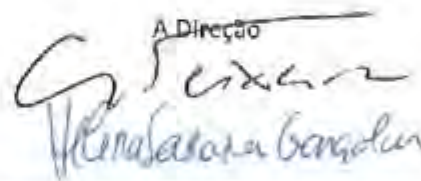
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

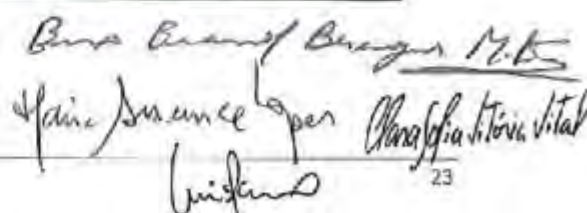
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Franca de Xira, 31 de dezembro de 2016.

Contabilista Certificado



A Direção


Bruno Branco Borges M.B.
Francisco José Lopes


RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Apresenta-se o de seguida emitido pelo Órgão de Fiscalização

PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2016

No cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e no âmbito das competências atribuídas pela alínea b) do número 1 do artigo 44º dos Estatutos do Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira (CBEI), aprovados em 23 de outubro de 2015, vem este Órgão de Fiscalização apresentar aos senhores membros da Assembleia Geral, o parecer sobre o Relatório e Contas referente ao ano de 2016.

De acordo com o preceituado na alínea e) do número 1 do artigo 41º dos Estatutos do CBEI, compete ao Órgão de Administração, elaborar anualmente o Relatório e Contas da Gerência, referente aos seus exercícios anuais, os quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a sua posição financeira e o resultado das suas operações, bem como garantir a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado à natureza e complexidade da instituição.

Da análise que efetuámos aos documentos que nos foram apresentados, designadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Balancete Geral, relativos ao ano de 2016, cumpre-nos referir o seguinte:

- a) O Resultado Líquido do período em análise foi positivo em 20.871,61€, bastante superior ao valor que havia sido previsto em sede de orçamento e ao valor atingido no exercício anterior.
- b) Da análise das diversas rúbricas que contribuem para a formação deste Resultado Líquido, destacam-se pela evolução positiva, as Vendas e Serviços Prestados que registaram um acréscimo de cerca de 6% face ao exercício anterior e os Gastos com Pessoal que diminuíram cerca de 5%.
- c) Mantém-se contudo a nossa preocupação quanto à rúbrica Créditos a Receber que, embora tenha diminuído ligeiramente face ao exercício anterior ainda se mantém elevada, representando cerca de 10% das Vendas e Serviços Prestados. Deste modo, recomenda-se ao Órgão de Gestão a continuação e reforço das medidas tendentes à recuperação destas dívidas.

PARECER

Tudo devidamente ponderado o Órgão de Fiscalização dá o seu parecer favorável, para que a Assembleia Geral do Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira

(CBEI), aprove nos termos dos Estatutos, o Relatório e Contas do ano de 2016 apresentado pelo Órgão de Administração.

Vila Franca de Xira, 10 de março de 2017

Célia Maria Rebelo Piedade de Barros

A Presidente – Célia Maria Rebelo Piedade Barros

Isabel Maria Mocho Costa Lopes

A Vogal – Isabel Maria Mocho Costa Lopes

Ana Isabel de Gouveia Teixeira

A Vogal – Ana Isabel de Gouveia Teixeira